

**Sustentabilidade Corporativa e Gerenciamento de Resultados em Instituições
Financeiras**

KARINA MARQUARDT CANOA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ROMINA BATISTA DE LUCENA DE SOUZA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

WILLIAN DIEHL

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RODRIGO MORAES RAMIRES

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Seguindo as tendências impostas pela sociedade, as empresas buscam transmitir aos clientes e investidores uma imagem positiva, procurando apresentar-se como sustentáveis. Com o objetivo de auxiliar a distinção das empresas com ações sustentáveis, a Brasil, Bolsa, Balcão – B3 S.A., criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), carteira da qual participam empresas listadas na bolsa e que cumpram determinados requisitos baseados em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. A fim de verificar se a carteira ISE atua induzindo as instituições ao aprimoramento de padrões éticos, reduzindo a possibilidade da prática de gerenciamento de resultados, ou se as empresas praticam o gerenciamento de resultados na tentativa de compensar os gastos em sustentabilidade, foi realizado o presente estudo. Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre o gerenciamento de resultados e as instituições financeiras participantes do ISE B3, no período de 2006 a 2018. Para tanto, analisou-se o comportamento da variável dependente PPC (Provisão para Perdas de Créditos) em relação às variáveis independentes (Lucros antes de impostos e provisões para perdas, Capital de Nível 1, Operações de Crédito, Ativo Total, participação na ISE B3 e PIB) através de regressão dos dados das demonstrações contábeis das instituições financeiras. Os resultados evidenciaram indícios do uso de discricionariedade sobre a PPC pelas instituições financeiras, demonstrando a tentativa de que essas companhias buscam resguardar o estoque de lucros quando os resultados são ruins, causando suavização nos resultados divulgados. Especificamente quanto às participantes da carteira ISE B3, apesar destas também apresentarem indícios, a prática de gerenciamento de resultados foi verificado em menor grau, o que pode indicar uma tendência destas instituições financeiras em fornecerem informações contábeis com menos problemas de assimetria e, conseqüentemente, com melhor qualidade e fidedignidade da informação divulgada para atender aos interesses de seus usuários.

Palavras-chave: Sustentabilidade, ISE B3, Gerenciamento de Resultados, Instituições Financeiras.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano sempre teve a capacidade de modificar o ambiente em proveito próprio. Criando ferramentas para sobreviver a meios hostis, desde a pré-história tem afetado de maneira significativa a natureza. Com a Revolução Industrial, que teve início no século XVIII, as intervenções passaram a provocar alterações mais profundas, causando desequilíbrios ambientais e apontando para uma perspectiva de destruição. Com o intuito de promover crescimento econômico, a industrialização provocou problemas ambientais e sociais, como a alta concentração populacional, o consumo excessivo de recursos naturais e a contaminação do ar, da água e do solo (Dias, 2011).

Apesar de o problema ter sido identificado logo após a Revolução Industrial, a consciência ecológica ganhou dimensão apenas na segunda metade do século passado. A partir desse momento, as empresas passam a ser pressionadas pela sociedade, através de consumidores ou investidores, o que também influencia o governo a criar normas e leis para regulamentar as intervenções ao meio ambiente. Os processos produtivos são reescritos para atender às demandas das partes interessadas e garantir melhor visibilidade perante a sociedade. O melhor controle dos procedimentos demonstrou que a continuidade de um empreendimento está relacionada à disponibilidade dos recursos, sejam naturais, humanos ou financeiros.

Surge, então, o conceito de *Triple Bottom Line* (TBL), ou Tripé da Sustentabilidade. Desenvolvida por Elkington (2012), a teoria defende a sustentabilidade nos aspectos ambiental, social e financeiro. A gestão das organizações se torna cada vez mais complexa e o sucesso de um empreendimento deixa de ser apenas consequência de resultados financeiros positivos, sendo decorrente, também, da gestão eficiente dos recursos naturais e do capital social.

Segundo Barbieri (2011, p. 103), a solução dos problemas ambientais passa por uma mudança de atitude dos empresários, pois “espera-se que as empresas deixem de ser problemas e façam parte das soluções”. Dessa forma, as ações de sustentabilidade começam a ser tratadas como evento econômico e a fazer parte das informações contábeis. Segundo Ferreira (2009, p. 11), “[...] se o uso dos recursos naturais não afetasse as relações econômicas e, principalmente para a contabilidade, o patrimônio das organizações, não haveria necessidade de relatar e medir esses fatos e, portanto, ela não seria necessária.”

Diversos estudos apontam, como o de Sonza (2013), que a gestão socioambiental tem potencial econômico para as empresas, através da redução de consumo de matéria-prima ou de produção de resíduos, por exemplo. Já Tinoco e Kraemer (2011) referem que as empresas líderes mudaram de postura e passaram a reconhecer tais gastos como vantagem competitiva.

Com o objetivo de relacionar as empresas que buscam as melhores práticas de responsabilidade social, a B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão) criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A criação do ISE traz uma ferramenta que evidencia os esforços das empresas em praticar ações sustentáveis, seguindo a tendência internacional: a Bolsa de Nova Iorque criou o *Dow Jones Sustainability Index*, a Bolsa de Londres, o *FTSEGood* e a Bolsa de Joanesburgo, a *JSE SRI*.

Ações de sustentabilidade são fáceis de conceber em empreendimentos nos setores agrícola e industrial, por exemplo, pois a operação tem influência direta na natureza e na sociedade. Nas instituições financeiras a questão não é tão fácil de vislumbrar, mas pode ser percebida em ações mais simples nos procedimentos ligados à atividade, como na substituição do papel por operações online e na busca pelo bem-estar dos colaboradores, até em questões

mais complexas. Segundo a FEBRABAN (2019), como intermediador de recursos de agentes econômicos, o setor bancário tem a capacidade de direcionar capital para atividades que contribuam para o desenvolvimento sustentável e alinhar sua atuação aos acordos vigentes. Percebendo o potencial das instituições financeiras em influenciar o desenvolvimento sustentável de empresas dos demais setores da economia, o Banco Central do Brasil (2014) publicou a Resolução nº 4.327 com diretrizes para a implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental.

A pressão social por empresas sustentáveis faz com que exista a necessidade de demonstrar essas questões através das demonstrações contábeis. Ribeiro (2010, p. 3) cita: "Contudo, adaptar-se a todas essas mudanças, melhorar o processo produtivo e implementar a qualidade ambiental não basta; necessário se faz demonstrar o que está sendo feito.". A confiabilidade das demonstrações contábeis assume, então, papel relevante na comunicação entre as empresas e a sociedade. A sociedade necessita confiar no que é apresentado pela empresa, dando ainda mais importância à simetria da informação.

Neste contexto de confiabilidade das demonstrações contábeis, destaca-se a prática do gerenciamento de resultados que, apesar de não configurar fraude, atrapalha a simetria da informação, dificultando a relação de transparência entre as partes interessadas. Conforme relata Fuji e Carvalho (2005), a legislação contábil permite uma certa flexibilidade e discricionariedade na elaboração das demonstrações contábeis. Dessa forma, os gestores podem manipular o resultado contábil por conveniências particulares. Nas instituições financeiras é possível identificar a prática de gerenciamento de resultados através das contas Provisão para Perdas de Créditos (PPC), conforme apontado por Fuji e Carvalho (2005) e Macedo e Kelly (2016).

Quanto às empresas participantes da carteira ISE, é possível projetar um cenário no qual estas têm padrões éticos mais elevados, buscando por um relacionamento mais simétrico entre as partes interessadas. Entretanto, há o cenário inverso, no qual as empresas tentam, através do gerenciamento de resultados, compensar os gastos realizados para manter a imagem positiva perante a sociedade, conforme relatado por Cunha (2016).

Diante do contexto apresentado, surge a seguinte questão de pesquisa: *Qual a relação entre a participação das instituições financeiras no Índice de Sustentabilidade Empresarial e o gerenciamento de resultados?*

Para responder tal questionamento, o presente estudo tem por objetivo analisar a relação entre as instituições financeiras participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial e o gerenciamento de resultados nas empresas listadas no B3 no período de 2006 a 2018.

Como a imagem de empresa responsável passou a ser pré-requisito para se manter no mercado, as companhias podem estar utilizando gerenciamento de resultados para compensar os gastos com ações socioambientais. Cunha (2016) relaciona a participação no ISE B3 ao gerenciamento de resultados em companhias não financeiras. Rufino, Mazzer, Machado e Cavalcante (2014), relaciona a participação de instituições financeiras no ISE B3 à lucratividade. Não foram identificados, até o momento, estudos que relacionassem os três aspectos da presente pesquisa: as instituições financeiras, o gerenciamento de resultados e a sustentabilidade corporativa. Portanto, a realização dessa pesquisa se justifica por esse motivo, contribuindo para a agenda de debate do tema.

Convém ressaltar que o gerenciamento de resultados é uma prática que prejudica a correta interpretação das demonstrações contábeis por parte dos *stakeholders*, ou partes interessadas (sócios, clientes, governo, entre outros). A assimetria da informação decorrente

dessa prática prejudica a confiabilidade das empresas e atrapalha o objetivo da divulgação das informações contábeis (Macedo & Kelly, 2016).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A análise tratada no presente estudo compreende, em suma, o relacionamento entre a sustentabilidade e o gerenciamento de resultados. Nesta seção, apresentam-se os conceitos pertinentes à análise do gerenciamento de resultados nas instituições financeiras ditas sustentáveis.

2.1 Sustentabilidade Corporativa

Para que se defina sustentabilidade corporativa, é necessário primeiramente explanar a respeito do significado da palavra sustentabilidade. O termo deriva do verbo “sustentar” que, de acordo com o dicionário, entende-se por “criar e oferecer condições para que uma atividade tenha continuidade” (Sustentar, 2019), ou seja, a sustentabilidade está ligada à capacidade de perenidade de uma determinada atividade.

Aplicando esse conceito às corporações, é possível perceber que a sustentabilidade é a característica de pretensão de manutenção de um empreendimento ao longo do tempo. Isso é o que define a continuidade, um dos princípios básicos da contabilidade expressos na resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 750 (1993). Apesar de a resolução ter sido revogada para a convergência ao padrão internacional, os princípios contábeis são alicerce das normas atualmente vigentes. Assim, quando se trata de sustentabilidade corporativa, percebem-se estratégias empresariais de longo prazo.

Entre as condições para que se mantenham as atividades de uma empresa, é possível citar o acesso à mão de obra, ao capital e aos insumos naturais. Verifica-se, então, a existência de diferentes tipos de sustentabilidade, nos aspectos ambiental, social e financeiro, se definindo o Tripé da Sustentabilidade de Elkington (2012). O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) publicou *Guia de Sustentabilidade para as Empresas*, que aborda a sustentabilidade corporativa sob os aspectos social, econômico e ambiental. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, o IBGC (2007, p. 11),

Os investidores e administradores estão sujeitos a uma realidade que demanda um entendimento do papel abrangente da empresa na sociedade e não apenas como agente do mercado financeiro. Para isto é necessário desenvolver uma visão mais ampla, constatando-se que a empresa faz parte da sociedade como um todo que, por sua vez, está inserida no meio ambiente, formando um sistema integrado.

A análise da viabilidade econômico-financeira das empresas, considerando aspectos de ordem local e global, como a preservação ambiental e o impacto social da atividade, é um conceito inovador. Entre os aspectos que motivam as empresas a publicar relatórios com o tema sustentabilidade, destaca-se o aumento da capacidade de gerenciamento de riscos, a concorrência do mercado e a exigência dos *stakeholders* (IBGC, 2007).

As empresas passam a ser vistas como parte do ambiente, e não apenas como consumidoras dele. Procurando por sua própria sustentabilidade (econômica), é do interesse das companhias considerar a sustentabilidade socioambiental, garantindo assim, a manutenção da disponibilidade dos insumos necessários para suas atividades.

Com uma população cada vez mais crítica quanto às responsabilidades das empresas, percebeu-se que os investidores seguiram a mesma tendência e passaram a procurar para investir empresas que buscassem as melhores práticas de responsabilidade social e sustentabilidade (Nobre & Ribeiro, 2013). A fim de atender tal demanda e para que fosse possível distinguir tais empresas dentre as listadas na B3, a bolsa de valores oficial do Brasil, foi criada a ferramenta ISE B3. A carteira do ISE B3 é revisada todos os anos e composta pelas empresas que cumprem determinados pré-requisitos no que se refere à eficiência econômica, ao equilíbrio ambiental, à justiça social e à governança corporativa, sob o aspecto da sustentabilidade corporativa (ISE B3, 2019). O ISE teve início em 2005, sendo “originalmente financiado pela *International Finance Corporation* (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, e seu desenho metodológico foi desenvolvido pelo FGVces e B3” (B3, 2019). A ferramenta é útil para a comparação, gerando um ambiente competitivo de desenvolvimento sustentável, atendendo às demandas da sociedade contemporânea e estimulando a responsabilidade ética das empresas.

A ISE B3 (2019) relata que a rentabilidade de sua carteira foi de +203,8% contra +175,38% do Ibovespa (a contar de 2005, com base de fechamento em 27/11/2018), e teve também menor volatilidade, de 24,67% em relação a 27,46% do Ibovespa. Para conferir confiabilidade ao índice, desde 2012 os dados são assegurados pela KPMG. Em 2019, o parecer emitido foi de “Asseguração Limitada sem Ressalvas”.

Diversos fatores contribuíram para criar um ambiente favorável para a criação do ISE, tais como a Guerra Fria, o *apartheid* na África do Sul e o medo de novos acidentes nucleares como o de Chernobyl. Expandiu-se no mundo a percepção da necessidade de existirem princípios e limites éticos para a atividade empresarial. Dessa forma “a gestão empresarial deixou de ser uma simples conta de resultados positivos e negativos, passando a contabilizar um vasto conjunto de dados, que computam visão, objetivos, compromissos, externalidades, *stakeholders* e outras variáveis” (Marcondes & Bacarji, 2010, p. 16).

2.2 Gerenciamento de Resultados

O gerenciamento de resultados, tratado na literatura norte-americana por *earnings management*, é uma conduta adotada por alguns gestores que, de forma proposital e com motivação particular, alteram os resultados contábeis (Martinez, 2001). Porém, não configura fraude, pois é realizado dentro dos limites da legislação contábil e fiscal, conforme definiu a Comissão de Valores Mobiliários (2007).

O gerenciamento de resultados é realizado em circunstâncias em que a legislação permite discricionariedade nos lançamentos contábeis. Tal discricionariedade, utilizada deliberadamente para inflar ou reduzir artificialmente o resultado do exercício, configura gerenciamento de resultados (Fuji & Carvalho, 2005). Nas demonstrações contábeis que foram de tal forma manipuladas verifica-se a existência de assimetria informacional, ou seja, nem todas as partes interessadas possuem as mesmas informações a respeito da situação econômico-financeira da empresa (Macedo & Kelly, 2016).

Entretanto, o uso da discricionariedade nem sempre resultará em gerenciamento de resultados. Os gestores podem fazer escolhas de métodos que elevam a qualidade das informações contábeis, podendo, por esse motivo, melhorar a capacidade de lucro da empresa (Baptista, 2009).

Segundo Fuji e Carvalho (2005), existe uma linha muito tênue entre o gerenciamento de resultados e a prática de fraudes contábeis. Entende-se, por esse motivo, que o gerenciamento de resultados constitui um ambiente propício à ocorrência de fraudes. Percebe-

se ainda, no gerenciamento de resultados, a evidenciação de conflito de interesses, além de assimetria da informação e risco de fraudes.

Apesar de se supor que as demonstrações contábeis das instituições financeiras são menos suscetíveis à discricionariedade e, conseqüentemente, também ao gerenciamento de resultados, é possível identificar a prática na grande maioria delas (Xavier, 2007). Segundo o autor, apesar das instituições financeiras seguirem critérios de contabilização mais detalhados que outros setores da economia, parte significativa do ativo das empresas é composto de bens intangíveis, cujo valor, da mesma forma que nos outros setores, pode alterar-se em função dos critérios de mensuração adotados.

É possível identificar gerenciamento de resultados nas contas envolvendo Provisão para Perdas de Créditos (PPC). Araújo, Lustosa e Paulo (2018) relatam que as estimativas de perdas em créditos constituídos pelas instituições financeiras, devido a seu caráter discricionário, influenciaram significativamente o PIB do Reino Unido, Espanha e Brasil. Os autores citam que o agravamento da crise aumentou as referidas provisões, "reduzindo os níveis de concessão de créditos quando o mercado mais necessita" Araújo, Lustosa e Paulo (2018, p. 98-99).

Dantas, Borges, e Fernandes (2018) apontou indícios de gerenciamento de resultados na mesma conta PPC, num estudo realizado com cooperativas de crédito brasileiras. De acordo com os autores, "quanto maior o lucro líquido maior a propensão das cooperativas constituírem PPC discricionariamente, o que confirmaria a perspectiva do alisamento de resultados". Tal propensão foi apontada através da relação positiva entre a conta PPC e o Lucro Líquido Ajustado. O alisamento de resultados, ou *income smoothing*, é uma forma de gerenciamento de resultados que tem a intenção de diminuir a volatilidade dos resultados, de forma que as empresas aparentem maior constância.

Peterson e Arun (2018) analisaram a suavização dos resultados por parte de bancos europeus de importância sistêmica global (G-SIBs) e também os bancos de importância sistêmica não global (não-G-SIBs). Através da pesquisa, verificaram que os G-SIBs utilizam as provisões para perdas com empréstimos em maior medida que os não-G-SIBs. O estudo aponta que, apesar do alisamento dos rendimentos reduzir a fiabilidade das demonstrações, a prática por parte dos G-SIBs pode resultar em efeitos positivos na estabilidade do sistema financeiro.

Segundo Dantas, Medeiros, Galdi e Costa (2013), também é possível identificar gerenciamento de resultados nos bancos através de uma parcela discricionária nos resultados com Títulos de Valores Mobiliários (TVM). Além disso, observou que a prática de alisamento de resultados através dessa conta é mais relevante em instituições bancárias de menor porte.

2.3 Estudos Relacionados

Após levantamento da literatura disponível, foram identificadas várias publicações que tratam indiretamente do tema, apesar de não ter sido possível identificar alguma que relacionasse os três aspectos da presente pesquisa: instituições financeiras, gerenciamento de resultados e sustentabilidade corporativa. Seguem evidenciadas, então, algumas das publicações que relacionam ao menos dois dos aspectos da pesquisa.

Fuji e Carvalho (2005) realizaram um estudo com o objetivo de verificar a existência de gerenciamento de resultados nas instituições financeiras, através da conta Provisão para Perdas de Créditos (PPC) no período de 1999 a 2003. Os resultados revelaram uma relação positiva entre a conta PPC e os resultados das instituições, sugerindo inícios de existência de gerenciamento de resultados.

A pesquisa de Rufino et al. (2014) apresenta a relação entre a participação das instituições financeiras no ISE B3 e o desempenho econômico-financeiro. O objetivo foi verificar se as instituições que desenvolvem ações de sustentabilidade têm impacto nos seus indicadores de rentabilidade e lucratividade, se comparadas com aqueles que não participam do índice. Partindo da premissa de que as empresas participantes do ISE B3 estariam mais preparadas para enfrentar adversidades, esperava-se concluir a respeito de relacionamento positivo entre lucratividade e sustentabilidade. Entretanto, os resultados foram inconclusivos, possivelmente devido ao curto período de tempo de existência do índice na época do estudo, não sendo possível verificar resultados de médio e longo prazos.

Com o intuito de avaliar se o ingresso à carteira ISE B3 reduz o gerenciamento de resultados nas empresas, melhorando a qualidade da informação contábil, Silva e Costa (2014) analisaram os dados das empresas listadas na bolsa de valores no período de 2010 a 2012, além de analisar os relatórios de sustentabilidade dessas empresas e seus questionários de adesão ao ISE B3. Segundo os autores, os resultados sugerem menores níveis de gerenciamento de resultados nas empresas participantes do ISE B3 no período, resultando numa maior qualidade da informação contábil nas empresas classificadas como sustentáveis. Os autores afirmam que os critérios para ingresso no ISE B3, como tamanho da empresa, divulgação de relatórios de sustentabilidade, participação no nível de Governança Corporativa, poderiam estar diretamente relacionados à qualidade da informação contábil e, conseqüentemente, ao gerenciamento de resultados.

Cunha (2016) apresenta um estudo a respeito de gerenciamento de resultados mediante decisões operacionais em empresas participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial, excluindo as instituições financeiras das análises. O propósito foi relacionar fatores de sustentabilidade corporativa e a prática de gerenciamento de resultados. Esperava-se uma relação negativa entre a participação das empresas no ISE B3 e o gerenciamento de resultados, visto que as empresas que adotam ações de sustentabilidade corporativa são mais visadas. O resultado, no entanto, foi de relação positiva, ou seja, empresas participantes do ISE gerenciam mais seus resultados. Esse resultado pode demonstrar a tentativa das empresas de compensar os gastos com as atividades sustentáveis.

Macedo e Kelly (2016) pesquisaram a respeito do gerenciamento de resultados pelas instituições financeiras. A análise das provisões para créditos de liquidação duvidosa resultou em coeficientes que indicam a existência de gerenciamento de resultados por alisamento dos resultados. A PPC tende a aumentar quando os lucros antes da PPC e do IR são mais altos, e a baixar quando reduzem. Os autores afirmam que essa relação pode ser justificada pela busca da estabilidade e da constância do lucro.

Considerando que foi identificado o gerenciamento de resultados em outras empresas participantes do ISE B3, como demonstra Cunha (2016), e considerando que foi identificado o gerenciamento de resultados em instituições financeiras, demonstrado por Macedo e Kelly (2016), verifica-se a necessidade do presente estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o objetivo de analisar a relação entre as Instituições Financeiras participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) e o gerenciamento de resultados nas empresas listadas na B3, o estudo é classificado sob os seguintes aspectos:

- a) quanto à abordagem do problema;
- b) quanto aos procedimentos técnicos utilizados;
- c) quanto aos objetivos da pesquisa.

A abordagem da pesquisa é classificada como quantitativa. Os estudos quantitativos são aqueles que utilizam variáveis numéricas, tanto na coleta das informações como no seu tratamento por meio de técnicas estatísticas (Richardson, 1999). O estudo utilizou os números das demonstrações contábeis das empresas para, através de métodos estatísticos, determinar se há indícios de gerenciamento de resultados ou não.

O procedimento técnico para o presente estudo é classificado como pesquisa documental comparativa e utilizou-se, além das demonstrações contábeis das companhias que compõem a população estudada, outras fontes de pesquisa como artigos científicos de periódicos, dissertações de mestrados, teses de doutorados e livros da área. Segundo Schneider e Schmitt (1998), a comparação "pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. [...] É ela que nos permite romper com a singularidade dos eventos, formulando leis capazes de explicar o social.". Quanto à análise documental das demonstrações contábeis, especificamente, Raupp e Beuren (2012, p. 89) ainda explicam que:

Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

Em relação aos objetivos, a pesquisa apresenta-se como descritiva, por utilizar técnicas padronizadas de coleta dos dados, de forma a identificar os fatores que contribuem para a ocorrência de um determinado fenômeno (Gil, 1999).

O gerenciamento de resultados é identificado através da realização de regressão, realizado por meio do software R. Com relação à regressão, esta é definida por Gujarati (2000, p. 4) como:

Estudo da dependência de uma variável, a *variável dependente*, em relação a uma ou mais variáveis, as *variáveis explicativas*, com o objetivo de estimar e/ou prever a média (da população) ou o valor médio da dependente em termos dos valores conhecidos ou fixos (em amostragem repetida) das explicativas.

A coleta de dados trimestrais para a realização das análises foi realizada através do site Economática, filtrando os saldos das contas contábeis das empresas com sede no Brasil, classificadas como "bancos" pela North American Industry System (NAICS) e com situação ativa na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os resultados também foram filtrados de forma a eliminar CNPJs repetidos e a mostrar apenas uma classe de ação por empresa (a de maior volume no último mês).

A população é composta pelas instituições financeiras listadas na B3, no período de 2006 a 2018. Os dados das demais companhias listadas na B3 foram desconsiderados, tendo em vista a especificidade do presente estudo. Este período foi escolhido, pois a primeira carteira ISE B3 foi lançada em 2005, estando vigente a contar de 2006. Dessa forma, foram analisadas todas as empresas que já fizeram parte da carteira, durante toda sua existência até o presente momento.

A fim de realizar a comparação referida como objetivo do trabalho, a população foi dividida a cada exercício em dois subgrupos. O primeiro é nomeado ISE e composto pelas instituições financeiras que compõem a carteira ISE B3. O segundo é nomeado não ISE e composto pelas demais instituições financeiras listadas na B3. A população foi extraída do

site Economática e a listagem das empresas participantes da carteira ISE foi extraída do site da B3 S.A.

Na Tabela 1 estão listadas as instituições financeiras com situação ativa na B3, as quais constituem uma população de 29 empresas, bem como indicadas as que participaram na carteira ISE B3 e o período de participação. A amostra das instituições que participaram da ISE B3 no período soma 4 empresas.

Tabela 1

População e amostra

Nome	Participou da ISE B3?	Período de participação na ISE B3
Abc Brasil	Não	-
Alfa Financ	Não	-
Alfa Invest	Não	-
Amazonia	Não	-
Banco BMG S/A	Não	-
Banco Inter	Não	-
Banco Pan	Não	-
Banese	Não	-
Banestes	Não	-
Banpara	Não	-
Banrisul	Não	-
Bradesco	Sim	2006 a 2018
Brasil	Sim	2006 a 2018
BRB Banco	Não	-
Btgp Banco	Não	-
Cruzeiro Sul	Não	-
Daycoval	Não	-
Economico	Não	-
Finansinos	Não	-
Indusval	Não	-
ItauUnibanco	Sim	2006 a 2018
Merc Brasil	Não	-
MercFinanc	Não	-
MercInvest	Não	-
Nacional	Não	-
Nord Brasil	Não	-
Parana	Não	-
Pine	Não	-
Santander BR	Sim	2011 a 2018

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa (2019)

Na Tabela 2 é possível verificar as variáveis que foram utilizadas nesta pesquisa, os autores que fornecem suporte para a elaboração da equação, os códigos das contas contábeis, bem como a descrição.

Tabela 2

Variáveis

Sigla	Código	Descrição	Variável	Autores
PPC	1.6.9.00.00-8	Provisões de Perdas de Créditos	Dependente	Peterson & Arun, 2018; Araújo, Lustosa, & Paulo, 2018.
LAIR	8.9.0.00.00-7	Lucros antes de impostos e provisões para perdas	Independente	Peterson & Arun, 2018; Araújo, Lustosa, & Paulo, 2018; Macedo & Kelly, 2016.
CAR	6.0.0.00.00-2 3.1.0.00.00-0	Capital de Nível 1 = Patrimônio Líquido / ativos ponderados pelo risco	Independente	Peterson & Arun, 2018.
NPL	1.6.9.00.00-8	Provisões Perdas de Créditos / Operações Crédito Bruto	Independente	Peterson & Arun, 2018.
ΔPPC	1.6.9.00.00-8	Variação das Provisões de Perdas de Créditos	Independente	Peterson & Arun, 2018; Araújo, Lustosa, & Paulo, 2018.
AT	3.9.9.99.99-3	Ativo Total	Independente	Peterson & Arun, 2018; Araújo, Lustosa, & Paulo, 2018; Macedo & Kelly, 2016.
ISEB3	-	Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3	<i>Dummy</i>	Silva & Costa, 2014; Cunha, 2016.
ΔPIB	-	Variação trimestral do PIB	Controle	Peterson & Arun, 2018; Araújo, Lustosa, & Paulo, 2018; Macedo & Kelly, 2016.

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa (2019).

Os resultados foram analisados de forma a verificar se há maior ou menor ocorrência de gerenciamento de resultados nas instituições financeiras participantes da carteira ISE B3, comparando-se com as demais instituições financeiras listadas na B3. O modelo de regressão utilizado para estimar o gerenciamento de resultados está demonstrado na Equação 1:

$$PPC_{it} = \beta_0 + \beta_1 LAIR_{it} + \beta_2 CAR_{it} + \beta_3 NPL_{it} + \beta_4 \Delta PPC_{it} + \beta_5 AT_{it} + \beta_6 ISEB3_{it} + \beta_7 \Delta PIB_t + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

em que:

PPC_{it} = Total das provisões para perdas de créditos ponderado pelo ativo total do banco *i* no trimestre *t*;

$LAIR_{it}$ = Lucros antes de impostos e provisões para perdas ponderados pelo ativo total do banco *i* no trimestre *t*;

CAR_{it} = Relação de capital de Nível 1 (Patrimônio Líquido / ativos ponderados pelo risco) dividido pelo total de ativos ponderados pelo risco do banco *i* no trimestre *t*;

NPL_{it} = Relação da provisão perdas de crédito sobre o crédito bruto do banco *i* no trimestre *t*;

ΔPPC_{it} = Variação das provisões para perdas de crédito do banco *i* no trimestre *t*;

AT_{it} = Ativo total do banco *i* no trimestre *t*;

$ISEB3_{it}$ = presença do banco *i* na carteira ISE B3 no trimestre *t*;

ΔPIB_t = Variação do PIB real ao final do trimestre *t*;

ε_{it} = erro da estimação.

Com base nos estudos relacionados e a partir da Equação 1, espera-se obter os seguintes resultados na regressão, em relação à variável dependente PPC: um sinal positivo e significativo para o coeficiente de LAIR, o que indica que um aumento no gerenciamento de

resultados pode estar relacionado a um crescimento nos lucros antes de impostos; no coeficiente CAR um sinal negativo e significativo, o que indica que os bancos tendem a manter o PPC com saldos maiores quando apresentam CAR com índice baixo; no coeficiente NPL um sinal positivo e significativo, o que sugere que no momento de provisões de perdas de créditos reais maiores indicaria um aumento nessas provisões; no coeficiente Δ PPC um sinal negativo e significativo, o que indicaria que a redução nas Provisões de Perdas de Crédito aponta presença de gerenciamento de resultados; no coeficiente AT um sinal negativo e significativo, sugerindo que independentemente do tamanho dos bancos, pode haver ou não presença de gerenciamento de resultados frequentes; no coeficiente Δ PIB um sinal negativo e significativo, indicando tendência de menor gerenciamento de resultados quando há melhor desempenho da economia.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos dados coletados e utilizando métodos econométricos, foram identificados os resultados apresentados a seguir. Na Tabela 3 estão apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas para estimar os *accruals* discricionários na pesquisa. Nesta análise, foram utilizados apenas os dados disponibilizados no período, excluindo-se do cálculo as informações que não foram disponibilizadas pelo banco. O logaritmo natural do Ativo Total foi utilizado para linearizar o comportamento da variação do tamanho das empresas.

Tabela 3
Estatística Descritiva

	Mínimo	1º Qu.	Mediana	Desvio Padrão	Média	3º Qu.	Máximo
PPC	0.0002764	0.0064449	0.0113459	0.0204	0.0151940	0.0167169	0.2725669
LAIR	-0.382607	0.005822	0.011392	0.0235	0.013774	0.020535	0.117867
CAR	0.0004	0.1436	0.5166	46.0637	11.2285	8.0978	802.5359
NPL	0.003803	0.029030	0.056426	0.1428	0.079211	0.086584	2.617440
Δ PPC	-195.83517	-0.00201	0.00126	8.7771	-0.50652	0.00541	0.54852
lnAT	9.61	15.37	16.34	2.6738	16.56	18.09	21.20
Δ PIB	-5.95000	-0.97000	-0.01000	1.8051	-0.03989	0.77000	6.48000

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa (2019).

A Tabela 3 indica que, em média, o saldo das contas de Provisão para Perdas de Crédito (PPC) representa 1,52% do valor do Ativo Total. Os resultados de desvio padrão, máximo e mínimo indicam que o comportamento das instituições analisadas varia significativamente, podendo chegar a 27,26% do valor do Ativo Total. Da mesma forma que no estudo de Dantas et al. (2018), o comportamento da parcela discricionária não é uniforme entre as instituições financeiras. A variável LAIR apresenta uma média positiva (0,01377) indicando que, em média, as companhias possivelmente utilizam o gerenciamento de resultados quando apresentam melhores resultados antes de impostos e provisões para perdas.

Foi realizado o teste W de Shapiro-Wilk, onde se concluiu que os dados têm distribuição normal. Por este motivo, utilizou-se a correlação de Pearson para análise da correlação entre as variáveis. A Tabela 4 apresenta a matriz para análise da correlação entre as variáveis.

Tabela 4

Análise da Correlação de Pearson

	PPC	LAIR	CAR	NPL	VPPC	LAT	VPIB
PPC	1.0000						
LAIR	-0.4314	1.0000					
CAR	-0.0721	-0.0229	1.0000				
NPL	0.7875	-0.3181	-0.0327	1.0000			
ΔPPC	0.0228	0.0073	0.0001	-0.0114	1.0000		
lnAT	-0.3863	-0.0895	0.1031	-0.2098	-0.0205	1.0000	
ΔPIB	0.0029	0.0539	0.0292	0.0143	0.0048	-0.0126	1.0000

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa (2019).

Analisando os coeficientes dos valores da Tabela 4, conclui-se por relação inversa entre a Provisão para Perdas com Crédito (PPC) e os Lucros antes dos Impostos e Provisões para Perdas (LAIR), divergindo do esperado. Quanto à Relação de Capital de Nível 1 (CAR), o sinal é negativo, sugerindo que os bancos tendem a manter o PPC com saldos maiores quando apresentarem CAR com nível baixo. A variável NPL tem sinal positivo e significativa, o que corrobora a hipótese de aumento da PPC no momento de provisões para perdas de crédito reais maiores.

Verificada a correlação entre as variáveis, realizou-se a regressão utilizando-se os métodos *Pooling* (OLS), Efeito Fixo e Efeito Aleatório, conforme a Tabela 5.

Tabela 5

Análise de Regressão

	<i>Pooling</i>	Efeito Aleatório	Efeito Fixo
<i>(Intercept)</i>	4.4931e-02 ***	4.9457e-02 ***	
<i>Std. Error</i>	2.5047e-03	5.7760e-03	
LAIR	-2.1656e-01 ***	-2.4161e-01 ***	-2.4456e-01 ***
	1.6697e-02	1.3844e-02	1.3677e-02
CAR	-1.2852e-05	1.8440e-06	2.6681e-06
	7.9995e-06	7.1197e-06	7.0731e-06
NPL	9.3151e-02 ***	7.5748e-02 ***	7.4002e-02 ***
	2.7979e-03	2.4880e-03	2.4645e-03
ΔPPC	6.1751e-05	2.0086e-05	1.5618e-05
	4.1743e-05	3.3837e-05	3.3274e-05
lnAT	-2.0503e-03 ***	-2.2469e-03 ***	-2.6085e-03 ***
	1.4280e-04	3.4032e-04	5.9959e-04
ΔPIB	4.9325e-05	1.1084e-04	1.1744e-04
	2.0341e-04	1.6363e-04	1.6070e-04
<i>Observações</i>	857	857	857
<i>R²</i>	0.72677	0.68621	0.68584
<i>Adj-R²</i>	0.725	0.684	0.676
<i>F-statistic</i>	376.829		301.636
<i>Chisq</i>		1858.78	

<i>p-value</i>	2.22e-16	2.22e-16	2.22e-16
----------------	----------	----------	----------

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa (2019).

Nota: Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

O *f-test*, o teste Breusch-Pagan e o teste de Hausman indicaram que o modelo de Efeito Aleatório (EA) é o mais adequado aos dados da pesquisa. O modelo EA apresentou um coeficiente de determinação ajustado (*Adj-R²*) de 0,684, o que indica que a variável dependente (PPC) é explicada em 68,4% pelas variáveis independente, representando um alto poder explicativo. Resultados semelhantes foram encontrados no estudo de Peterson e Arun (2018), com coeficiente de (0,7164). Desta forma, o alto coeficiente de determinação encontrado não descredencia o uso do modelo para essa amostra.

O resultado encontrado do *p-value* neste modelo apresentou-se baixo (<2.22e-16), ou seja, é possível rejeitar a hipótese nula. Isso significa que é possível sugerir que existe relação entre os coeficientes, ou seja, existe influência da variável PPC nas demais variáveis analisadas.

Entre as relações de maior significância, é possível destacar a LAIR que, com o sinal negativo, indica que quando o saldo da conta LAIR apresenta-se baixo, a tendência é que o saldo da conta PPC seja mais elevado. Esse resultado pode indicar a tentativa das instituições financeiras em resguardar o estoque de lucros quando os resultados do exercício forem ruins. Tal situação é descrita por Macedo e Kelly (2016) como uma possibilidade de gerenciamento de resultados. No mesmo sentido de expectativa de perdas reais, a relação significativa e diretamente proporcional entre os saldos das contas PPC e NPL pode indicar uma possível ocorrência da prática de gerenciamento nos resultados, conforme demonstram Peterson e Arun (2018). Essa prática pode ser utilizada para fins de eficiência da companhia e não somente para fins oportunistas, buscando conter as oscilações dos resultados ao longo dos períodos.

Quanto à variável lnAT, a relação inversa apresentada indica que os bancos de menor porte podem registrar maior tendência à utilização da conta PPC para gerenciamento de resultados. Dantas et al. (2013) identificou a mesma relação quando analisou a relação da variável lnAT com o gerenciamento de resultados através da conta TVM. Quanto às demais variáveis (CAR, ΔPPC e ΔPIB), não apresentaram significância, ou seja, pouco influenciam na variação de PPC.

Ainda, foram realizados testes para verificar a normalidade dos resíduos. O *bptest* indica que o modelo não apresentou problemas de heterocedasticidade e o teste *vif* indica que não há presença de multicolinearidade no modelo.

Com o objetivo de verificar a influência da participação das instituições financeiras na carteira ISE B3 no gerenciamento de resultados, utilizou-se uma variável binária, também chamada de variável *dummy*. Segundo Matos (1997, p. 107), esse tipo de variável possibilita "distinguir o comportamento de um fenômeno em períodos de tempo com características diversas ou em distintas unidades de observação em face de mudanças qualitativas em séries não temporais".

Na Tabela 6 é apresentada a estimação do modelo utilizando as *dummies* para participantes do ISE e para não participantes. Estimou-se as equações somente para o modelo de Efeito Aleatório, que mostrou-se mais adequado aos dados da pesquisa.

Tabela 6
Análise de Regressão com a variável *dummy*

	Efeito Aleatório
(Intercept)	6.0276e-02 ***
Std. Error	6.6068e-03
LAIR	-2.4858e-01 ***
	1.3839e-02
CAR	9.9505e-07
	7.0568e-06
NPL	7.4889e-02 ***
	2.4735e-03
ΔPPC	1.9603e-05
	3.3539e-05
lnAT	-2.9717e-03 ***
	4.0281e-04
ΔPIB	1.0002e-04
	1.6224e-04
ISEB3	4.7222e-03 *
	2.3868e-03
ISEB3*LAIR	2.8339e-01 **
	1.0709e-01
Observações	857
R ²	0.69264
Adj-R ²	0.690
Chisq	1910.95
p-value	2.22e-16

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa (2019).

Nota: Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Observa-se, neste caso, que o *p-value* continua baixo (<2.22e-16), mantendo-se a hipótese da relação entre as variáveis. Além disso, o valor de *Adj-R²* aumentou de 0,684 no cálculo sem a variável *dummy* para 0,690 no cálculo com a variável *dummy*. As variáveis independentes estão associadas, no segundo modelo a 69,0% do comportamento da variável dependente (PPC). O aumento do valor do *Adj-R²* demonstra que os dados da amostra se adequam melhor ao modelo, em decorrência da inclusão da variável *dummy*.

Ao multiplicar a variável *dummy* pelo LAIR, observa-se a relação da conta LAIR das instituições pertencentes à carteira ISE B3 com a variação da PPC, com grau de significância <0,01. O coeficiente positivo da variável ISEB3*LAIR indica que o aumento da conta de provisões pode estar relacionado com o aumento dos lucros. Essa tendência pode indicar a prática de gerenciamento de resultados por parte das instituições financeiras pertencentes à carteira ISE B3. Tal resultado converge ao comportamento identificado por Araújo, Lustosa e Paulo (2018), no estudo que comparou bancos brasileiros e de outros países, sendo explicado por Fuji e Carvalho (2005), como a preferência das companhias em relatar estabilidade a uma série de oscilações. Essa prática é apresentada na literatura como alisamento de resultados.

A relação entre a participação na ISE B3 é menos significativa à variação da PPC que as demais variáveis significativas (<0,05). O comportamento desta variável sugere que as instituições financeiras participantes da carteira ISE B3 gerenciam seus resultados em graus

inferiores às não participantes. Esse achado corrobora a pesquisa de Silva e Costa (2014), que indica que a carteira ISE B3 melhora, indiretamente, a qualidade das informações contábeis das empresas que dela participam, tendo em vista os critérios de participação, como tamanho da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o objetivo de analisar a relação entre as instituições financeiras participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial e o gerenciamento de resultados naquelas listadas no B3 no período de 2006 a 2018. Para tanto, analisou-se o comportamento da variável dependente (Provisão para Perdas de Créditos) em relação às variáveis independentes (Lucros antes de impostos e provisões para perdas, Capital de Nível 1, NPL, Ativo Total, participação na ISE B3 e PIB) através de regressão.

Os testes revelaram indícios de que as instituições financeiras podem ter usado a discricionariedade da conta PPC para fins de gerenciamento de resultado, realizando alisamento nos resultados. Esse indício é decorrente do coeficiente positivo e com significância da variável NPL, ou seja, quando há expectativa real de perdas de crédito, há aumento das provisões. Também foi possível verificar, através do coeficiente negativo da variável lnAT, que há maior propensão dos bancos menores ao gerenciamento de resultados.

Os testes demonstraram que as Provisões para Perdas de Crédito (PPC) pode ser bastante significativa em alguns bancos, podendo chegar a 27,27% do Ativo Total. Dessa forma, a prática de gerenciamento de resultados pode significar uma alteração considerável dos números da instituição.

O acréscimo da variável *dummy* aos cálculos colaborou para que o modelo ficasse mais bem descrito, indicando que a participação das instituições financeiras no ISE influencia no gerenciamento de resultados. Quanto ao fato da variável LAIR ter sinal positivo e significativo, é indicativo da prática de alisamento de resultados, ou seja, pode ser que as companhias recorram ao gerenciamento de resultados para evitar publicar uma série de oscilações e aparentar mais estabilidade.

Ao comparar a significância, é constatado que a variável ISEB3 influencia a variação de PPC em menor grau que as demais variáveis significativas. Tais resultados apontam a uma tendência de menor gerenciamento de resultados por parte dos bancos pertencentes à carteira ISE B3, se comparados aos não pertencentes. Tal tendência pode ser justificada pelos requisitos das empresas participantes da carteira, como o tamanho da empresa, que foi apontado por este estudo como fator para redução da prática do gerenciamento de resultados.

Os resultados encontrados na presente pesquisa convergem com o que já foi documentado na literatura. Comparando com o estudo de Macedo e Kelly (2016), foi possível identificar indícios do gerenciamento de resultados nas instituições financeiras através da relação negativa e com significância da variável LAIR, demonstrando a tentativa dos bancos resguardar o estoque de lucros quando os resultados forem ruins.

Quanto ao comportamento dos resultados da comparação entre as instituições financeiras participantes do ISE B3 com aquelas não participantes, o presente estudo identificou a possibilidade de que ocorra o alisamento de resultados, da mesma forma que Fuji e Carvalho (2005) identificaram nas empresas dos demais ramos da economia. Além disso, os achados foram semelhantes aos de Silva e Costa (2014), que também apontaram a uma melhora na simetria da informação por parte das empresas participantes do ISE B3, divergindo apenas dos achados de Cunha (2016), que apontou maior gerenciamento de resultados por parte das empresas não financeiras participantes do ISE B3.

O gerenciamento de resultados, apesar de não configurar fraude, é uma prática que prejudica a simetria da informação, ou seja, as partes interessadas não têm informações com a mesma qualidade. Ao questionar se os bancos classificados como sustentáveis pela B3 adotam práticas de gerenciamento de resultados em maior ou menor escala, verificou-se, que as instituições financeiras participantes do ISE B3 tentem a gerenciar resultados em menor grau que aquelas não participantes, sendo um indício de que as informações contábeis dessas empresas têm menos problemas de assimetria e, conseqüentemente, maior confiabilidade.

O estudo contribui para a discussão em torno do tema gerenciamento de resultados, ampliando a abordagem ao relacioná-lo à sustentabilidade corporativa. Futuras pesquisas poderão explorar outras abordagens, tais como:

- a) a variação dos resultados ao longo dos anos, considerando a ocorrência de crises financeiras ou a exposição do tema a partir dos estudos sobre o assunto;
- b) o efeito da inflação, do desemprego, do capital externo e de outras variáveis não abordadas;
- c) a possibilidade de utilização de outras contas contábeis para melhorar os modelos econométricos;
- d) a relação entre o gerenciamento de resultados e a participação de instituições financeiras pertencentes a índices de sustentabilidade de outros países, o *Dow Jones Sustainability Index*, da Bolsa de Nova Iorque ou o *FTSEGood*, da Bolsa de Londres, por exemplo;
- e) a comparação da influência da participação na carteira ISE B3 em outros setores da economia;
- f) o efeito da mesma pesquisa realizada futuramente, com um período de tempo maior de existência da carteira ISE B3.

REFERÊNCIAS

- Araújo, A., Lustosa, P., Paulo, E. (2018). A ciclicidade da provisão para créditos de liquidação duvidosa sob três diferentes modelos contábeis: Reino Unido, Espanha e Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29(76), p. 97-113.
- Baptista, E. M. B. (2009). Teoria em gerenciamento de resultados. *Revista de Contabilidade da Universidade Federal da Bahia*, 3(2), p. 5-20, 2009.
- Barbieri, J. C. (2011). *Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos* (3a ed.). São Paulo: Saraiva.
- Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE B3. (2019). Recuperado de http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm.
- Cunha, E. P. (2016). *Gerenciamento de Resultados Mediante Decisões Operacionais e Sustentabilidade Corporativa no Brasil*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Dantas, J. A., Borges, M. A. B., & Fernandes, B. V. R. (2018). Gerenciamento de resultados contábeis em cooperativas de crédito no Brasil. *Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte*, 10(2), p. 342-363.

- Dantas, J., Medeiros, O., Galdi, F., & Costa, F. (2013). Gerenciamento de resultados em bancos com uso de TVM: validação de modelo de dois estágios. *Revista Contabilidade & Finanças*, 24(61), p. 37-54.
- Dias, R. (2011). *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade* (2a ed.). São Paulo: Atlas.
- Elkington, J. (2012). *Canibais com Garfo e Faca*. São Paulo: Makron Books.
- Federação Brasileira de Bancos. (2019). Nossa Atuação em Sustentabilidade. Recuperado de <https://portal.febraban.org.br/pagina/3059/37/pt-br/responsabilidade-socioambiental>.
- Ferreira, A. C. S. (2009). *Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável* (2. ed). São Paulo: Atlas.
- Fuji, A. H., & Carvalho, L. N. G. (2005, julho). Earnings management no contexto bancário brasileiro. Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5a ed). São Paulo: Atlas.
- Gujarati, D. N. (2000). *Econometria Básica* (3a ed). São Paulo: Makron Books.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2007). Guia de Sustentabilidade para as Empresas. São Paulo. Recuperado de <https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=22127>.
- Macedo, M. A. S., & Kelly, V. L. A. (2016). Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil: uma análise com base em provisões para crédito de liquidação duvidosa. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 4(2), p. 82-96.
- Marcondes, A. W., & Bacarji, C. D. (2010). ISE: sustentabilidade no mercado de capitais. São Paulo: Report. Recuperado de <http://www.b3.com.br/data/files/E1/77/6E/83/684135103A135D25790D8AA8/Livro-ISE.pdf>.
- Martinez, A. L. (2001). *"Gerenciamento" dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras*. (Tese de Doutorado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Matos, O. C. (1997). *Econometria básica: teoria e aplicações* (2a ed). São Paulo: Atlas.
- Nobre, F. S., & Ribeiro, R. E. M. (2013). Cognição e Sustentabilidade: Estudo de Casos Múltiplos no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa. *Revista de Administração Contemporânea*, 17(4), p. 449-517.

- Ofício-circular Comissão De Valores Mobiliários - CVM/SNC/SEP n. 01/2007. Orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas. Recuperado de <http://www.cvm.gov.br/legislacao/oficios-circulares/snc-sep/oc-snc-sep-0107.html>.
- Peterson, O., & Arun, T. (2018). Income smoothing among European systemic and non-systemic banks. *The British Accounting Review*, 50(5), p. 539-558.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2012). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade* (3a ed., pp. 76-97). São Paulo: Atlas.
- Resolução Banco Central do Brasil, n. 4.327, de 25 de abril de 2014. Dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Recuperado de https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res_4327_v1_O.pdf.
- Resolução Conselho Federal de Contabilidade n. 750/93, de 29 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade (PC). Recuperado de http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_750.pdf.
- Ribeiro, M. S. (2010). *Contabilidade Ambiental* (2a ed). São Paulo: Saraiva.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas* (3a ed.) São Paulo: Atlas.
- Rufino, M. A., Mazzer, L. P., Machado, M. R., & Cavalcante, P. R. N. (2014). Sustentabilidade e performance dos indicadores de rentabilidade e lucratividade: um estudo comparativo entre os bancos integrantes e não integrantes do ISE da BM&FBOVESPA. *Revista Ambiente Contábil*, 6(1), p. 1-18.
- Schneider, S., & Schmitt, C. J. (1998). O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*, 9(1), p. 49-87.
- Silva, G. R.; Costa, F. M. (2014). *Qualidade da informação contábil e sustentabilidade: um estudo nas companhias brasileiras listadas na BM&FBOVESPA*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis), Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória.
- Sonza, I. B. (2013). Desenvolvimento sustentável: a gestão ambiental gera benefícios econômicos? In.: Dotto, D. M. R.; Dockhorn, G. V.; Iop, S. C. F. (Orgs.) *Desenvolvimento & Sustentabilidade: abordagens econômicas, sociais e práticas*. Santa Maria: Cisma. p. 42-58.
- Sustentar. (2019). In: Michaelis. *Dicionário online*. Recuperado de <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=sustentar>.
- Tinoco, J. E. P.; Kraemer, M. E. P. (2011). *Contabilidade e gestão ambiental* (3a ed.). São Paulo: Atlas.



São Paulo, 29 a 31 de Julho de 2020

XX USP International Conference in Accounting

"Accounting as a Governance mechanism"

Xavier, P. H. M. (2007). *Gerenciamento de resultados por bancos comerciais no Brasil*. Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.